



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

21ª SESSÃO ORDINÁRIA

42 LAUDAS

DATA: 14/03/94

HORA: 09:30 às 10:30 Hs.

(DCL 47/94)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO
AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E
SUMULA**

SUMÁRIO

**1 - ATA DA 212 SESSÃO
ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE
1994.**

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

A.2.1 - COMUNICADO DA MESA *

- Mensagem nº 051/94 do Sr. Governador do Distrito Federal.

* (Lido durante os Comunicados de Parlamentares)

**1.2.2 - COMUNICADOS DE
PARLAMENTARES**

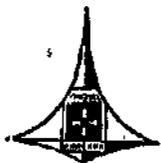
DEPUTADO JORGE CAUHY (PP)
DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)
DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)
DEPUTADO AROLDO SATAKE (PP)
DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES (PSDB)
DEPUTADO PENIEL PACHECO (PTB)

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1: Discussão, em 2º turno, 1º dia, e votação do Projeto de Lei nº 739/93 de autoria do Deputado Wasny de Roure.

**1.4 - COMUNICADO DA
PRESIDÊNCIA**

1.5 - ENCERRAMENTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

①

TAQUI.: SABA

REVISOR: GERALDO

HORA: 09:35 Nº: 0.08.1

DATA: 14.03

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Ha número regimental,
declaro aberto a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Eurípedes Camargo ^{anos} auxiliar nos
trabalhos da Mesa. (Pausa.)

Há expediente sobre a Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Eurípedes Camargo,
que proceda à leitura, do mesmo.

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

Saba' p' fcdidUD

11.25
67

LIDO EM
14/03/93 0.08.2

②

MENSAGEM

Nº 051 /94-GAG

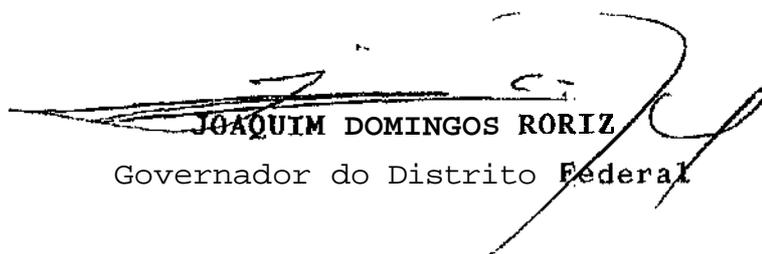
Brasília, 08 de março de 1994

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRI
TO FEDERAL

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o in
cluso Projeto de Lei, que trata da autorização da alienação, me
diante permuta, do imóvel localizado no Setor de Grandes Áreas
Norte (SGAN), na Quadra 605, Módulo H, de propriedade do Distrito
Federal, pelo imóvel localizado no Setor de Habitação Coletiva Ge
minada Norte (SHCG/Norte), na Quadra 703, Área Especial, de pro
priedade da Pré-Escola Dente de Leite Ltda., entidade mantenedora
do INEI - Asa Norte.

2. Faz-se mister a prévia autorização legislativa, pa
ra que possa haver a permuta de um bem imóvel, pertencente a uma
pessoa jurídica de direito privado, com outro, pertencente a uma
pessoa jurídica de direito público, razão por que enviamos o ane
xo Projeto de Lei, a ser discutido e votado por essa emérita Câ
mara Legislativa do Distrito Federal.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência
protestos de estima e consideração.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **BENÍCIO TAVARES**
DD. Presidente da Câmara Legislativa
do Distrito Federal

N E S T A

PROJETO DE LEI , DE DE DE 1994

Autoriza a alienação, mediante permuta, de imóvel de propriedade do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel localizado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 605, Módulo H, de propriedade do Distrito Federal, mediante permuta pelo imóvel localizado no Setor de Habitação Coletiva Geminada Norte (SHCG/Norte), Quadra 703, Área Especial, de propriedade da Pré-Escola Dente de Leite Ltda., entidade mantenedora do INEI - Asa Norte.

Parágrafo único. A Pré-Escola Dente de Leite Ltda., arcará com as despesas cartorárias e tributárias decorrentes da celebração da permuta a que se refere este artigo.

Art. 22 Não será devida qualquer quantia à Pré-Escola Dente de Leite Ltda., em virtude da permuta de que trata esta Lei.

3/

0.08.4

(4)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



S/ kata



TAQUI. : KATIA REVISOR: CLARICE HORA: 9:40 Nº: 0-91
DATA: 14/3 ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Passemos ao

COMUNICADO DE LIDERANÇAS

Esta Presidência indaga dos Srs. Líderes se desejam fazer uso da palavra durante este período?

Não havendo oradores inscritos, daremos início às

COMUNICAÇÕES DE PARLAMENTARES

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito, se possível, a transferência de minha inscrição para que eu seja o último Deputado a se pronunciar no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Atendendo a solicitação do Deputado Wasny de Roure, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Magela. (Pausa)

Com a palavra o Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da galeria, assumimos, na sexta-feira, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Ela é composta por 7 Membros. Tenho certeza de que os Deputados irão dedicar-se a esta Comissão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

6

TAQUI.: KATIA

REVISOR: CLARICE

HORA: 9:40 Nº: 0-9.2

DATA: 14/3

ORADOR: Dep. Jorge Cauhy

Quero parabenizar o Deputado Agnelo Queiroz pelo brilhante trabalho durante o seu período e dizer-lhe que iremos dar continuidade a seu trabalho e dinamizar mais os trabalhos da Comissão.

Uma das nossas pretensões iniciais é formar uma comissão dentro da Comissão para tratar de assunto de assistência aos alcoólatras, que são jogados nas ruas, nas sarjetas, ao desabrigo. Iremos marcar uma audiência com o Sr. Governador e pedir que S.Exa. ceda uma chácara, para nesta chácara construir uma obra para acolher estas criaturas. Depois de construída essa obra, iremos levar um trabalho psiquiátrico, com psicólogos, de assistência médica e também um trabalho espiritual para podermos tentar reintegrar à sociedade essas criaturas que se aprofundaram nos abismos do erro ou da desilusão da vida, porque cada um tem um problema, um drama, e faremos com que eles possam se reintegrar à sociedade.

Então, este será um dos primeiros trabalhos da Comissão.

Em segundo lugar, a Comissão irá organizar outra equipe para "botar uma roupa de briga" e recolher debaixo das pontes as pessoas que ali moram. Sei que há famílias e crianças que ali moram e que aquelas



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

①

TAQUI.: KATIA REVISOR: CLARICE HORA: 9:40 Nº: 0-9.3

DATA: 14/3 ORADOR: Dep. Jorge Cauhy

criaturas não podem permanecer como estão. Sabemos que o rato transmite uma
doença e essa doença tem se agravado muito. Sabemos, até pela imprensa, que
muitos portadores já até morreram desse vírus da urina do rato. Vamos, então,
fazer um levantamento e levar à Fundação do Serviço Social e à Secretaria
de Serviços Sociais...

S/Gil



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

8

TAQUI.: GILWANIA REVISOR: CLARICE HORA: 9:45 Nº: 0-10.1
DATA: 12.03.94 ORADOR: DEPUTADO JORGE CAUHY

um relatório pedindo providências para que essas pessoas sejam retiradas debaixo das pontes, dando-lhes uma melhor condição de vida, um lote, um meio de vida para que possam morar ou senão retornarem às suas cidades de origem.

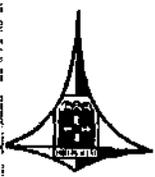
Esse é um dos primeiros trabalhos da Comissão. Esta semana vamos marcar uma reunião para que possamos, já nesta primeira reunião, tomar iniciativas.

Ontem, estive em Samambaia. Estava presente o Presidente da Associação dos Oficineiros e assistimos a posse dos Membros da Associação. Eram mais de vinte e dois Membros. É uma Associação séria, responsável e eles estão pleiteando - já entrei com um projeto de lei - um loteamento para que possam instalar oficinas mecânicas e serralherias. Quero dizer a eles que vamos nos empenhar e tenho certeza de que teremos o apoio de todos os Deputados desta Casa para que esse projeto seja aprovado o mais breve possível.

Sr. Presidente, quero dizer também das grandes dificuldades que estamos passando com as obras assistenciais. É uma das piores fases de toda a nossa história.

É muito cômodo para o Governo que as obras sociais construam e mantenham dependendo somente de uma per capita miserável que eles pagam para manutenção da obra,

Imaginem V.Exas. que a LBA pediu uma certidão negativa do INSS e do FGTS; Havíamos pago todos os tributos, tínhamos os recibos mas não tínhamos a certidão - isso foi no final de dezembro - para a renovação do convênio. Não aceitamos os recibos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

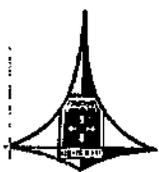
9

TAQUIL.: KATIA REVISOR: CLARICE HORA: 9 :45 Nº: 0-102
DATA: 14/3 ORADOR: Dep. Jorge Cauhy

Entramos com o pedido da certidão e levaram quase quarenta dias para nos entregar. A LBA, agora, se nega a pagar os meses de janeiro e fevereiro. Isso é um absurdo, uma falta de respeito com as obras, porque pagam uma miséria para os velhos conveniados que estão lá. Para se ter uma base, são dez mil e duzentos cruzeiros reais por mês.

Sr. Presidente, estou sabendo que agora vão baixar o preço **per capita** ao invés de subirem o seu valor, dado esse embalo exorbitante da inflação, do custo de vida, das folhas de pagamento. Temos noventa funcionários e a folha de pagamento de fevereiro nos custou cinco milhões, cento e oitenta mil cruzeiros reais. Eles, então, ao invés de ajustarem o preço, disseram que abaixarão o preço da nossa **per capita** e ainda se negam a pagar janeiro e fevereiro. Disseram que não vão pagar porque não foi assinado o convênio. Isso nos causa uma revolta muito grande, porque temos duzentos e quarenta velhos que estão sob os nossos cuidados. São velhos abandonados que não têm família ou têm família mas os filhos os abandonaram ou são pobres, não podendo mantê-los em suas casas. NÓS os tratamos com amor, carinho e nunca faltou o necessário para a sobrevivência de cada um.

A LBA ao invés de encarar com seriedade esse convênio, pagando essa miséria por mês, ainda fala em abaixar a **per capita** e deixar



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

10

TAQUI.: KATIA

REVISOR: CLARICE

HORA: 9:45 Nº: 0-10.3

DATA: 14/3

ORADOR: Dep. Jorge Cauhy

de pagar janeiro e fevereiro para que possamos ter a nossa manutenção da
• nossa Entidade.

Sr. Presidente, peço apoio aos nobres companheiros. Vou
fazer uma moção de protesto e contar com o apoio dos meus nobres Pares para
que a assinem a fim de levar à LBA o nosso protesto, o protesto desta Casa,
quanto à falta de respeito com as obras sociais.

Sr, Presidente, quero parabenizar, encerrando as minhas
palavras, o nosso Líder, Deputado Edimar Pireneus, pela conduta e postura
que S.Exa. tem mantido nesta Casa, pois



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

11

TAQUI.: Célia

REVISOR: Ney

HORA: 9:50 Nº: 0.11.1

DATA: 14.3.94

ORADOR: Dep. Jorge Cauhy (Cont.)

tem sido um elemento, com trânsito livre entre a esquerda e todos aqueles, que, muitas vezes, contestam um projeto de lei. S. Ex^a. tem feito acordos com paciência, com calma, e tem mostrado e demonstrado a sua capacidade de poder ser um líder.

Então, eu parabenizo o nosso Líder do Governo, aqui na Camara, o nosso companheiro Deputado Edimar Pirineus, pela sua postura, pelo seu trabalho, por sua dedicação e pelo seu respeito ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer.

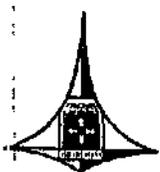
O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Carlos Alberto. (Pausa.)

Na ausência do mesmo, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B.) - Sr. Presidente, peço a transferência de meu pronunciamento para amanhã, já que ainda não estou com o material em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Na desistência do orador, concedo a palavra à Deputada Rose Mary Miranda.

Na ausência da mesma, indago ao Deputado Wasny de Roure se já se encontra em condições de fazer seu pronunciamento neste instante.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

12

TAQUI.: Célia

REVISOR: Ney

HORA: 9:50 Nº: 0.11.2

DATA: 14.3.94

ORADOR:

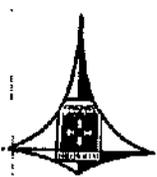
Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores aqui presentes da área da Segurança, eu gostaria, nesta oportunidade, de trazer a esta Casa o conhecimento de um fato lamentável que vem ocorrendo na área da saúde.

O Deputado Agnelo Queiroz se pronunciou, na semana passada, sobre as exonerações provenientes da substituição do Chefe da Secretaria da Saúde pelo Deputado federal Jofran Frejat.

A Diretora do Centro de Saúde nº 1, inclusive ex-Presidente da Associação Médica do Distrito Federal, Dr^a Beatriz Mcwell Soares, nomeada pelo Sr. Secretário Carlos Santana, vinha desenvolvendo um ousado projeto de tratamento aos portadores do vírus HIV, comumente conhecido como aidéticos, e os portadores de hansen iase, onde os pacientes não precisavam ser internados, podendo ter os atendimentos diários, mantendo a sua integração junto à família e à sociedade.

Esta profissional, que tentou montar uma equipe comprometida com uma concepção de saúde, voltada, particularmente, pelos interesses da sociedade, mantendo a integração social dos pacientes, vinha conduzindo o Centro de Saúde nº1, da 508 sul, foi, de uma maneira extremamente



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

13

TAQUI.: Célia

REVISOR: Ney

HORA: 9:50 Nº:0.11.3

DATA: 14.3.94

ORADOR: Dep. Wasny de Roure '(Cont.')

irresponsável, com um projeto em curso, exonerada.

Trago esta preocupação, Sr. Presidente, não pela gratificação que esta Medica recebia em função da Diretoria que ocupava no Centro de Saúde, mas, sobretudo, quero lamentar a interrupção de um projeto que não apenas foi a razão da constituição de uma equipe, no Centro de Saúde nº 1, como também a formulação de um novo tipo de tratamento, que neste momento passa a ser interrompido, simplesmente, pela mudança do Sr. Secretário de Saúde.

Acredito que esta cidade não pode conviver com esta modalidade de se fazer Administração Pública, e com muito menos de se conduzir as políticas públicas. Eu entendo que as política públicas se sobrepõem às Administrações , elas não podem estar refém deste ou daquele Secretário, ela tem de ser uma decisão de Governo, e como tal deve ser privilegiada. Por que? Porque ela esta diretamente ligada às necessidades da população.

Eu quero, portanto, lamentar a saída dessa excelente profissional, que vem conduzindo este trabalho com responsabilidade, como também



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

14

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Ney

HORA: 9h55 No:0.12.1

DATA: 14.03.94

ORADOR: O SR. WASNY DE ROURE (Continuação)

introduzindo uma nova metodologia de trabalho entre os portadores do vírus HIV, como também os portadores de hanseníase, comumente denominado leprosos.

Sr. Presidente, ainda na minha fala desta manhã, gostaria aqui de trazer ^a nossa avaliação da última pesquisa levantada pela Datafolha, onde aponta o Senador Valmir Campello como o detentor do maior índice de preferência do eleitorado do Distrito Federal. Naturalmente, que o Senador Valmir Campello, que todos nós conhecemos da vida pública, é candidato desde que surgiu, não apenas como Deputado Federal, como Senador, como Administrador de Taguatinga, mas também pela sua trajetória de apoio ao Governo Joaquim Roriz. De uma forma gratificante - estamos surpresos pois ainda não estamos no processo eleitoral propriamente dito - o candidato do Partido dos Trabalhadores emerge com 8%. Quero dizer que para nós isso é algo extremamente estimulante, o que nos dá a certeza de que essa disputa eleitoral trará a oportunidade do grande eleitorado optar por um modelo de sociedade diferente daquilo que temos visto. NÓS acreditamos que o tempo de mudança começa a chegar em nosso País, em nossa cidade, e nós acreditamos que Cristóvão T. Buarque, em função das suas propostas de governo, a sociedade saberá, não apenas compreender, mas adensar essa proposta, consequentemente, dando desdobramento no processo eleitoral. Estamos, portanto, ^{de} extremamente entusiasmados e satisfeitos de que esta trajetória é uma trajetória que dará ao



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

15

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Ney

HORA: 9h55 Nº: 0.12.2

DATA : 14.03.94

ORADOR:

Partido dos Trabalhadores uma capacidade de aglutinação, porque é a primeira pesquisa em que o nosso candidato de fato aparece, e aparece numa boa situação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero solicitar a V.Exa. a transcrição nos Anais desta Casa do editorial do "Correio Braziliense" intitulado "Pó-de-Giz".

Sr. Presidente, outra questão que abordo é que foi noticiado pela imprensa local um trágico acidente no final de semana, quando um fusca caiu no Lago Paranoá com a morte de um casal. este foi apenas mais um acidente acontecido naquela área, e desta vez com duas vítimas fatais. Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler uma correspondência que remetemos ao Dr. José Geraldo Maciel, Presidente da Companhia Energética de Brasília, no dia 5 de janeiro de 1994. Portanto, há mais de 60 dias, onde alertávamos ao Presidente da CEB para a urgência da iluminação da área em que aconteceu o acidente. Passo a ler o ofício que remetemos ao Sr. Presidnete da CEB:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Brasília-DF, 05 de Janeiro de 1994

OFÍCIO Nº 236/93

Senhor Presidente,

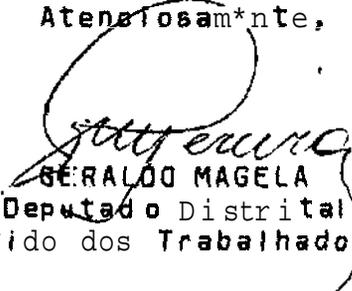
Há cerca de 18 meses essa Companhia Energética edificou postes de iluminação às margens da Estrada Parque Dom Bosco, entre a OI 29 e a Cidade Satélite do Paranoá. No entanto, até a presente data os usuários dessa estrada trafegam na mais completa escuridão, uma vez que a CEB não executou a ligação de energia elétrica nos postes.

Esse trecho é compreendido por diversas curvas em declive, o que o torna muito perigoso. Freqüentemente registram-se acidentes, sobretudo à noite, quando combinam-se a sinuosidade desse trecho da EPDB com a escuridão.

Neste sentido, solicitamos à CEB que conclua o mais rápido possível esse serviço.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


GERALDO MAGELA
Deputado Distrital
Partido dos Trabalhadores

Ilmo Sr.
JOSÉ GERALDO MACIEL
Presidente da Companhia Energética de Brasília
SCS Q. 04 Bloco A, nqs 100, 136
70300 - Brasília-DF

~~que quero demonstrar ...~~

S/Hermione

12/01/94
12/01/94



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(17)

TAQUI.: Hermione

REVISOR: Arnaud

HORA: 10:00 No: 013/1

DATA: 14/3/94

ORADOR: Geraldo Magela (cont.)

O que quero demonstrar com a leitura desse ofício? É que, infelizmente, a omissão e a irresponsabilidade de algumas pessoas que ocupam cargos públicos podem trazer transtornos à vida de cidadãos comuns.

O casal que morreu vítima de acidente na Barragem do Paranoá poderia estar vivo, caso essas providências já tivessem sido tomadas.

Sr. presidente, os postes para iluminação daquela área já estão instalados, como disse no ofício, há mais de 20 meses. No entanto, a CEB não faz a ligação da energia elétrica que iluminaria aquela área e o acidente poderia não ter acontecido. Por isso, Sr. presidente, estaremos cobrando essas providências da CEB. E espero que imprensa venha demonstrar o que de fato tem acontecido com essa omissão, para que acidentes como esse não volte a se repetir.

Sr. Presidente, também quero abordar rapidamente a pesquisa da Data-folha dos últimos final de semana. Mesmo que alguns insistam em fazer uma leitura dela favorável ao Governador Joaquim Roriz, temos a maior satisfação com o resultado divulgado, porque a pesquisa demonstra que o Partido dos Trabalhadores, com um candidato escolhido recentemente, sem panfletos distribuídos nas ruas sem atividade eleitoral desenvolvida, sem deflagração da campanha, já tem nas pesquisas espontâneas o mesmo Índice de preferência que pessoas tradicionalmente já experimentadas nas urnas, como o Senador Waldir Campeio e Senador e Ministro Maurício Corrêa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

18

TAQUI.: Hermione REVISOR: Arnaud HORA: 10:00 Nº 013/2
DATA: 14/3/94 ORADOR:

No caso das pesquisas estimuladas, é natural que haja - entendemos assim - uma diferença entre aqueles que já são muito conhecidos pela população, e aí se repete a situação do Senador Walmir Campelo, do Ministro Maurício Corrêa e da Deputada Maria de Lourdes, e alguém que ainda não é conhecido pela sociedade do Distrito Federal.

O que podemos prever, Sr. presidente, é que haverá um crescimento da candidatura de Cristovam Buarque, principalmente se conseguirmos consolidar a aliança que tanto buscamos com os partidos democráticos e populares do Distrito Federal. Temos a convicção de que não será através de artimanhas como a contratação de centenas de cabos eleitorais para o serviço público, ou mesmo ataques feitos ao Partido dos Trabalhadores, que vão impedir a vitória das forças populares em 3 de outubro, tanto no Distrito Federal quanto no País. Temos a tranquilidade de que no Brasil inteiro se consolida a candidatura do companheiro Luís Inácio Lula da Silva como aquela com os melhores condições para vencer as eleições presidenciais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nós, do PT, estamos bastante satisfeitos com a divulgação dos resultados dessa pesquisa, que nos dá a convicção de que este País está mudando de verdade.

S (Editorial a que se refer o Deputado Geraldo Magela).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

20

TAQUI.: Yêda

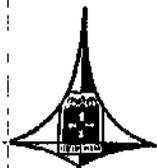
REVISOR: Arnaud

HORA: 10h05m Nº: 0.14.1

DATA: 14.03.94

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra
o Deputado Aroldo Satake.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(21)

TAQUI. : Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA: 10h05m Nº: 0.14.2

DATA: 14.03.94

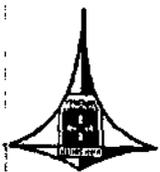
ORADOR:

O SR. AROLDO SATAKE (PP. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade presente nas galerias, na semana passada, os nobres Deputados desta Casa mantiveram veto do Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 373/92, que "cria o Polo de Confecção do Distrito Federal e estabelece normas de implantação", sob a argumentação principal de que a área nele definida ficava dentro do Parque do Guarã, uma área ecológica.

Tão logo foi acatado o veto, solicitei à minha assessoria que elaborasse outro projeto de lei eliminando os possíveis pontos de ilegalidade apontados - realmente, apesar de aquele projeto haver passado pelo crivo das três Comissões, existiam pontos ilegais, mesmo
• subscrito por mim. Pedi, então, que o mesmo fosse reelaborado.

Desta forma, dou entrada hoje nesta Casa a um novo projeto de lei que "Cria o Polo de Confecções do Guarã", atendendo a pedido do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Seção Regional do Guarã, através de fax emitido e assinado pela Presidente do Conselho no Distrito Federal, Dona Tereza Ferreira da Silva, e pela Conselheira do mesmo Conselho, Seção do Guarã, Dona Maria de Fátima. E, como o projeto ante-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

22

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA: 10h05m Nº 0.14.3

DATA: 14.03.94

ORADOR: O Sr. Aroldo Satake (PP) cont.

rior havia sido subscrito pelos nobres Deputados Agnelo Queiroz e Cláudio Monteiro, convido-os para subscrever este novo projeto.

Dou entrada nesta Casa, também, a indicação sugerindo a construção de uma quadra poliesportiva, com pista de atletismo, no Centro de Ensino de 1º Grau Polivalente.

Outro assunto, Sr. Presidente: registro o resultado de uma audiência que solicitei, junto com o Superintendente e o Coordenador de Importação do CNPq ao Sr. Secretário da Fazenda do Distrito Federal, Everardo Macial. Fomos reivindicar uma maior flexibilidade na taxaço de ICMS, como fazem outros Estados, a exemplo de São Paulo, quando da entrada de equipamentos para fins de pesquisa. O Estado de São Paulo não cobra ICMS sobre equipamentos importados para fins de pesquisa, mas o Distrito Federal cobra.

Para nossa surpresa, principalmente do Superintendente do CNPq, o Secretário de Fazenda, Everardo Maciel, já tinha uma minuta pronta para dar entrada, no dia 24 próximo, no CONFAZ, sugerindo a isenção desses equipamentos para fins de pesquisa.

A isenção pretendida conta com o total apoio do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

23

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA: 10h05m Nº 0.14.4

DATA: 14.03.94

ORADOR: O Sr, Aroldo Satake (PP) cont.

; CNPq e da comunidade científica. Como toda isenção, através da Lei Orgânica, tem de passar pela Câmara Legislativa, conto com o apoio dos Srs. Parlamentares para a aprovação da isenção pelo menos dos equipamentos relativos às pesquisas adquiridos por órgãos como o CNPq, e outros vinculados ao Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação estaduais como o CAPS e instituições de ensino superior, aí incluindo a UNB.

Quando da aprovação de proposta pelo CONFAZ, conto com o apoio de todos os Srs. Deputados para que a Câmara Legislativa também aprove essa iniciativa do Sr. Secretário de Fazenda, Everardo maciel.

Era o que eu tinha a dizer.

(Proposições a que se refere o Sr. Deputado Aroldo Satake:)

141 2m
141 2L
0. 14. 5 (24)

WANA LÉL

GABINETE DEPUTADO AROLDO SATAKE

~~[Documentos a que se refere o Deputado Aroldo Satake.]~~

PROJETO DE LEI Nº , DE 1994

DOS DEPUTADOS

AROLDO SATAKE
CLÁUDIO MONTEIRO
AGNELO QUEIROZ

CRIA O PÓLO DE CONFECÇÃO DO
DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL **decreta:**

Art. 1º - Fica criado o Pólo de Confecção do Distrito Federal, visando a implantação das Micro e Pequenas Empresas do ramo.

Art. 2º - O Pólo de Confecção de que trata o artigo 1º desta Lei será implantado na Região Administrativa do Guará, em área a ser definida pelo Poder Executivo, nos termos do PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Art. 3º A implantação do Pólo de Confecções fica a cargo da Secretaria de Obras para definição do Plano Urbanístico, e da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Regional para seleção dos interessados nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa dias).

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A grande problemática atual, que envolve toda a administração do Distrito Federal, reside no grande contingente populacional das suas cidades, como também do Entorno, gerando uma gama de problemas de difícil solução, na área de moradias, escola, saúde e sobretudo de emprego.

A escassez de empregos, por sua vez, agrava, ainda mais, os demais problemas mencionados.

É notório que o Governo não pode mais arcar com o ônus de empregar & empresar sempre, pela escassez de cargos moment. e pela fragilidade orçamentária.

Logo é necessário que se crie fonte de empregos, e que não pode ser senão através do incremento do setor produtivo, gerador de bens e serviços.

A par dessa preocupação, a população ali residente além de manter a busca fundamental de emprego, ainda é intransigente quanto ao caráter das indústrias que venham a ser implantadas, pois são rejeitadas as propostas que comprometam a qualidade de vida, através da poluição ambiental.

Assim, a indústria de confecção é atividade ideal para essa unidade de fabricação.

Sala das Sessões, 1/11/94.

Arrolde Satake
Deputado **AROLDÔ SATAKE**

Deputado **CLÁUDIO MONTEIRO**

Agnelo Gueiroz
Deputado **AGNELO GUEIROZ**

GABINETE DEPUTADO AROLDO SATAKE

(~~Documentos que se referem ao Deputado Aroldo Satake~~)

26
14.3.94
0.14.7

INDICAÇÃO NS OE 1994

<00 DEPUTADO AROLDO SATAKE)

SUGERE A CONSTRUÇÃO DE
QUADRA POLIESPORTIVA COM PISTA
DE ATLETISMO NO CENTRO DE
ENSINO DE 19 GRAU POLIVALENTE.

Sr. Presidente,

Nos termos do Artº 105 do Regimento Interno desta Casa, solicitamos providências de V.Exª no sentido de que seja encaminhada a presente proposição ao Poder Executivo, a fim de que sejam efetuados estudos para a construção de uma quadra poliesportiva, com pista de atletismo, no Centro de Ensino de 19 Grau POLIVALENTE, Unidade de Ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal.

J U S T I F I C A T I V A

O Centro de Ensino de 19 Grau Polivalente, atende a alunos de 5ª a 8ª séries, na faixa etária de 10 a 15 anos, e no entanto não dispõe de quadras esportivas que venham proporcionar aos seus alunos a prática de esportes*

Considerando que o referido Centro de Ensino dispõe de área suficiente para a construção pretendida e de que «a prática de Educação Física é obrigatória na grade curricular e de vital importância no desenvolvimento físico, intelectual e psíquico da criança e do adolescente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 1994

Deputado AROLDO SATAKE

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara

CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Ricardo Noblat

Diretor Comercial
Maurício Diniz

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Executivo
José Negreiros

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

“Pó-de-giz”

Já aprovada pela Câmara Legislativa, em primeiro turno, a gratificação por regência de classe aos professores aposentados da rede pública do Distrito Federal corre o risco de ser vetada pelo governador -Joaquim Roriz, caso seja confirmada em votação final. Conhecida pela designação insólita de “pó-de-giz”, o adicional é pago, há tempos, à categoria em atividade, na base de 20% da remuneração.

É um desafio ao raciocínio lógico gratificar professores pelo exercício de função profissional típica, qual a de conviver com os instrumentos didáticos, o giz, em primeiro plano. Mas como no Brasil é raro o enfrentamento de questões por meio de saídas estruturais, os artifícios se tornam inevitáveis. Na hipótese em foco, portanto, é justa a atribuição de uma parcela a mais no contracheque dos professores, categoria mal paga e de regra marginalizada.

O ideal seria remunerar os educadores de forma digna, sem os penduricalhos de gratificações esdrúxulas e, até mesmo, de aspecto galhofeiro, como esta do “pó-de-giz”. Os governantes cultivam crônico desinteresse pelo desenvolvimento da educação, como se algum país pudesse alcançar estágios adequados de sobrevivência em meio à universalização em ignorância. Segue daí o completo desamparo do ensino e dos mestres. No primeiro caso, pela desqualificação dos métodos pedagógicos e insuficiência de unidades escolares; e, no segundo, por uma série de ambigüidades e distorções, entre as quais avulta a indigência dos salários.

As restrições opostas pelos usuários da rede pública à qualidade do ensino, em razão da má qualificação dos professores, são procedentes, sem dúvida. Mas a causa principal da distorção reside na inexistência de mecanismos institucionalizados para reciclar os mestres. Estão eles

impossibilitados de fazê-lo às próprias custas porque não há sobras nos salários para investimento em cursos de aperfeiçoamento ou em literatura especializada. Então, a pedagogia do ensino vai em queda livre para os mais baixos níveis e empurra o País à rabeira das nações terceiro-mundistas.

Enquadra-se no panorama aí descrito a absurda, mas necessária, gratificação do “pó-de-giz”. É a fórmula emergencial para minorar as aflições do professorado em razão de vencimentos injustos. Conforme a proposta na iminência de seguir o rito terminal de aprovação legislativa, o adicional previsto é de 20%, o mesmo pago à classe no serviço ativo. Atende a um critério igualitário conveniente, à força de equiparar os salários de ativos e inativos.

Aliás, o Governo do Distrito Federal não deve adotar qualquer posição sobre o assunto capaz de ofender os cânones constitucionais. Eventual veto a equalização dos vencimentos de ativos e inativos feriria o princípio amparado na Carta Política segundo o qual os proventos de aposentadoria não podem ser inferiores à remuneração da atividade. E, quanto ao aspecto político e moral da questão, urge conceder aos professores condições mais decentes de sobrevivência, inclusive para não liberar perplexidades ainda mais nocivas à qualidade do ensino. Já bastam para tomá-la de baixo nível as constantes greves, provocadas por reivindicações trabalhistas salariais de professores e de funcionários do sistema.

Em suma, a questão do professorado exige nova mentalidade por parte das autoridades ligadas ao ensino. Antes de mais nada, remuneração à a/fura do compromisso do magistério com o preparo de gerações a quem incumbe comandar, amanhã, os destinos de um país hoje às voltas com dilemas terríveis, muitos deles decorrentes de uma educação precária.

Resp
e a

Cidad
de Bras
ago a, n
que nu
teremos
ser um p
forte, her
e bravo.
vemos g
para que é
aos ouvi
da Nação
não ficare
a heios
ataques,
interesses
culos e po
cos lança
contra B
lia. Não
xaremos
acabem co
ca conqui
1988

Señore
País tortu
Saúde e au
Temos 30
Brasil na
respeitem
ment que
tudo resp
dãos que
pois o po
seu nome

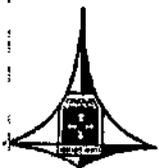
■ Henna
Diretor
dos Estu
Brasília

OS
OS

Recorri
tados em
eles mere
um desca
tentes se
valor de u
o mínimo
porque el
realidade
estipular.

Conside
no estipul
salário par
bito com a
ver um va
aposentad
para a pe

■ Idebn P
Taguati



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(27)

TAQUIL. : LÚCIA REVISOR; ALZIRA HORA:10;10 Nº: 0-15/1
DATA: 14/03/94 ORADOR: PRES. PENIEL PACHECO

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o Deputado Sal-
viano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Pre-
sidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, produtores rurais, presentes nas galerias do
nosso plenário: fui procurado por um grupo de produtores rurais da Fazenda So-
nhei de Baixo, no Vão do Maranhão, a pouco mais de 35, 40 km da sede da Câma-
ra Legislativa e, portanto, da Capital da República. Trouxeram-me denúncias de
que, naquela fazenda, 12 posseiros, que tinham glebas de terras e estavam pro-
duzindo, teriam que deixar essas mesmas terras, pois o INCRA, prestem atenção,
havia desapropriado a Fazenda. Uma fazenda que conheço muito bem, e que estava
ocupada pelos 12 posseiros, que estão trabalhando e produzindo na terra. O que
acontece, na realidade, é que o INCRA esta colocando na Fazenda Sonhei de Bai-
xo, pessoas que vêm da Invasão do Pípiripau. Essa invasão é incentivada pelos
inescrupulosos, que usam da boa-fé e da carência para fazer política. A Inva-
são do Pípiripau, como todos nós sabemos, foi programada. Tentou-se usá-la pa-
ra pressionar o GDF, desestabilizando-se a tranquilidade do campo, no Distri-
to Federal.

Foram abrigados, posteriormente, pelo atual Presidente do INCRA,
que, ao que parece, pretende ser candidato a Deputado Distrital pelo PPS e que,
usando o poder, fez um arremedo de reforma agrária, a reforma agrária políti-
ca, contrariando totalmente o art. 25 do Estatuto da Terra, que diz:



TAQUI.: LÚCIA REVISOR: ALZIRA HORA: 10:10 Nº: 0-15/2
DATA: 14/03/94 ORADOR: SALVIANO GUIMARÃES

"As terras adquiridas pelo Po'der Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- 1) Ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela diretamente, ou por intermediário de sua família;
- 2) Aos que trabalham no imóvel desapropriado, como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, que é o caso de 12 famílias que trabalham na Fazenda Sonhei de Baixo.

Está bastante claro que a atitude do INCRA contraria esse artigo e prejudica pessoas humildes, como o Sr. Ilisário, João Nicolau, Ze Afonso e Antônio, entre tantos outros prejudicados, antigos e humildes produtores do DF e Entorno, e que, por não estarem no rol dos compromissos políticos, serão expulsos da terra que ocupam há muitos anos. Esta reforma agrária precisa ser muito bem explicada, pois é a única que expulsa os posseiros e os que trabalham a terra.

Creio que o Ministro da Agricultura e o próprio Presidente da República não sabem desta pseudo reforma agrária, que se implanta nos arredores da Capital da República. Um verdadeiro crime contra o trabalhador rural, um escárnio às nossas inteligências e um desrespeito ao Estatuto da Terra.

É preciso, portanto, que se tomem providências urgentes para ga



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

29

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: ALZIRA HORA: 10:10 Nº: 0-15/3
DATA: 14/03/94 ORADOR: SALVIANO GUIMARÃES

rântir àqueles que, há muitos anos, estão na Fazenda Sonhei de Baixo para que

SEGUE LARA.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

30

TAQUI.: Lara

REVISOR: -----

HORA: 10h15 Nº: 0/16.1

DATA: 14.03.94

ORADOR: Dep. Salviano Guimarães

possam ali continuar trabalhando e, se houver necessidade de serem abrigadas ou-
tras famílias, que não sejam abrigadas em detrimento daqueles que trabalham na
terra há muitos anos. Senão, Sras. e Srs. Deputados, estaremos fazendo, como dis-
se, uma reforma agrária de cunho político, para atender, possivelmente, eleito-
res de pessoas que estão se utilizando de cargo público para fazer plataforma
de campanha política, e não vamos permitir que isso aconteça nas barbas do Gover-
no Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Cláudio Monteiro.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputa-
do Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Pre-
sidente, Sras. e Srs Deputados, eu gostaria de tecer algumas considerações, que
considero bastante oportunas, com relação à pesquisa da DATA FOLHA veiculada pe-
la imprensa local e nacional, onde se demonstram as possibilidades dos candida-
tos e até mesmo daqueles nomes que, até então, não tinham sido cogitados para o
cargo das eleições que se processarão no dia 03 de outubro deste ano.

Não foi surpresa para mim verificar a posição privilegiada e



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

30

TAQUI.: Lara

REVISOR: Alzira

HORA: 10h15 20/16.2

DATA: 14.03.94

ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

destacada do Senador Valmir Campeio, do PTB, nessa pesquisa.

O que mais me impressiona, Sr. Presidente, não é simplesmente o fato de , ao ser colocado lado a lado com todos os candidatos apresentados, o Senador Valmir Campeio demonstra uma performance superior à dos demais concorrentes. Sabemos que o Senador tem um trabalho prestado para as cidades satélites, especialmente do Gama, Taguatinga e Brazlândia, onde ^feu como Administrador. Sabemos, também, de seu desempenho como Deputado Federal, na primeira eleição para esse cargo da representação do Distrito Federal, com uma votação expressiva, até hoje não superada por nenhum dos outros Deputados eleitos. Sabemos, ainda, de sua eleição como Senador da República, mandato que vem sendo desenvolvido sem nenhuma pompa ou circunstância, sem nenhum estrelismo, como muitas vezes é caracterizado por alguns dos políticos que, utilizando-se dos cargos públicos, fazem dos mesmos seus verdadeiros palanques para levarem à opinião pública idéias oportunistas, sem nenhum respaldo na prática.

Agora, o que mais me impressiona não são esses aspectos, porque já os conhecemos, o que me impressiona, acima de tudo Sr. Presidente, é a postura do Senador, porque em nenhum momento se ouviu ou se viu, de parte desse



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(32)

TAQUI.: Lara

REVISOR: Alzira

HORA: 10h15 **Nº:** 0/16.3

DATA: 14.03.94

ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

Senador da República, qualquer tipo de manifestação ostensiva, acintosa, ou se-
quer se ouviu ou viu manifestações da parte dele, no sentido de querer ser can-
didato a todo o preço.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

35

TAQUI.: i	Denise	REVISOR: Geraldo	HORA: 10h10	Nº: 0/17.1
DATA: j	12.03.94	ORADOR: P. Pacheco		

Na verdade, sua posição parece tão tranqüila e cômoda que S.Exa. sequer permitiu que o Partido fizesse um jantar, no qual pudesse ser apresentado pelo próprio Partido, como candidato às eleições e especialmente ao cargo do GovernofcloDistrito Federal. Atitude que S.Exa. rechaçou de pronto.

Percebe-se portanto que o Senador, sem fazer comício, sem participar de nenhuma reunião como candidato, sem se apresentar perante a sociedade como candidato, tem recebido da própria sociedade uma manifestação espontânea que merece a reflexão de todos nós.

Sabemos, e todos são testemunhas, que o Senador está calado com relação à sucessão do Governo do Distrito Federal. Sua postura não é a de quem está colocando o cargo em primeiro lugar, mas é a de quem aguarda os desdobramentos naturais do processo eletivo, quando sabemos de , vários candidatos que já estão em plena campanha, fazendo suas reuniões partidárias, participando de encontros com objetivos explícitos de se projetarem como candidatos. Alguns até, embora não fazendo panfletagem em seu próprio nome, já receberam de seus próprios militantes esse gesto, e já estão com seus folhetos espalhados nas ruas e portanto fazendo suas campanhas de maneira bem clara.

Sr. Presidente, o nome do Senador Walmir Campeio e a conduta por S.Exa. adotada são dignos de nossa admiração, e servem como referência da tranqüilidade, da posição sóbria, do equilíbrio que se exige num momento de sucessão,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(34)

TAQUI.:	REVISOR:	HORA:	Nº:
Denise	Geraldo	10h10	0/17.2
DATA:	ORADOR:		
12.03.94			

como é o caso do Distrito Federal.

Percebemos, todos nós, que o Senador Walmir Campeio, por suas ligações com o Governador Joaquim Roriz, tem sabido respeitar a posição do Governador e não tem se manifestado enquanto o mesmo não se declarar, pública e oficialmente, em torno dessa questão. Apesar disso, tem sido muitas vezes podado, tem sido muitas vezes vítima de intrigas, tem sido muitas vezes tratado de uma maneira que considero ^{mínimo} ~~deselegante~~. Nada disso vai impedir a serenidade que se exige e que se requer para este momento.

Ao assumir esta tribuna, Sr. Presidente, não poderia jamais deixar de registrar minha admiração por essa conduta. Em nenhum momento estive nesta tribuna para fazer apologia de candidaturas, sejam majoritárias ou não e em nenhum momento aqui vim com o intuito de fazer apologia de nomes para a sucessão ao Governo do Distrito Federal e nem o estou fazendo agora, apenas desejo registrar que é digna da nossa admiração a postura assumida por esse que está hoje como líder absoluto nas pesquisas da Datafolha ao Governo do DF.

Ao fazer essas considerações, creio que serve como referência para todos os demais partidos e candidatos. Infelizmente nem sempre temos recebido as mesmas atitudes por parte dos opositores políticos. Por exemplo, liaj neste fim de semana, um artigo da Deputada Federal Maria Laura, a quem considero ilustre, e não apenas isso, brilhante - e não é por causa da estrela, pes-



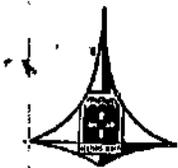
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

35

TAQUI.:	REVISOR:	HORA:	Nº:
Denise	Geraldo	10h10	0/17.3
DATA:	ORADOR:		
12.03.94			

soa que sempre mereceu a minha mais alta consideração. No entanto, num artigo infeliz veiculado nesse fim de semana, usou das armas da malidicência, da falção, muitas vezes irresponsável, para poder atribuir às pessoas, peças, acusações, inclusive ressuscitando assuntos que já estão mais do que esclarecidos e justificados perante a sociedade, como se os mesmos nem tivessem sido mencionados. É interessante que S.Exa. fez vista grossa em relação a outras denúncias, porque obviamente atingiam diretamente seus correligionários. Então não houve aquele senso de equilíbrio que sempre imaginei existir na personalidade e no trabalho da Deputada Maria Laura.

S/Aya



TAQUI.: Aya REVISOR: Geraldo HORA: 10:25 Nº: 0.18.1
DATA: 14,03.94 ORADOR: Peniel Pacheco

Mas é sempre assim. Quando se trata do adversário, se ele não tiver defeito, coloca-se. E quando se trata de um correligionário, se não tiver virtude, a gente inventa.

Infelizmente esta prática política tem sido a responsável por todas - e usando aqui emprestado a palavra, diria, dos Deputados do Partido dos Trabalhadores - as maracutaias eleitoreiras que se verificam nos processos eleitorais.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Convido o Deputado Peniel Pacheco a assumir a Presidência dos trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado Peniel Pacheco.)

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Convido o Deputado Cláudio Monteiro a secretariar os nossos trabalhos.

Não havendo mais oradores inscritos, damos início à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, que faça a leitura do 1º item da Ordem do Dia.

(O Sr. Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, procede à leitura do seguinte:)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUIL.: Aya

REVISOR: Geraldo

HORA: 10:25 Nº: 0.18.2

DATA: 14.03.94

ORADOR:

ITEM Nº 01

Discussão, em 2º turno, ^{..votado,} 2º dia, do Projeto de Lei nº 739, de 1993, que "**Dispõe sobre a livre organização dos estudantes de 1º e 2º graus no DF e dá outras providências**".

Autor : Dep. Wasny de Roure

Relator : Dep. Tadeu Roriz - CCJ

Dep. Gilson Araújo - CEOF

Dep. Eurípedes Camargo - CAS

OBS ; Pareceres favoráveis da **CCJ**, CEOF e **CAS** foram apresentadas ao projeto 02 **emendas pela CCJ** aos **Arts. 5º e, 6º**;

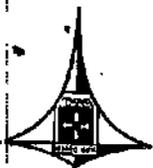
O SR. PADRE JONAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS - Solicito que seja feita a chamada para a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Acatando a solicitação do Deputado Padre Jonas, solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

38

TAQUI.: Aya

REVISOR: Geraldo

HORA: 10:25 Nº: 0.18

DATA: 14.03.94

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - Há 13 Parlamentares presentes, portanto há numero regimental.

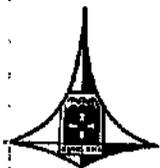
Em discussão o Projeto nº 739/93 (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passamos à votação.

O Srs. Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário, Deputado Cláudio Monteiro, procede à chamada.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(10)
(39)

TAQUI.: RIVA

REVISOR: CLARICE

HORA: 10:30 Nº: 0.19.1

DATA: 14.03.94

ORADOR: Pres. Peniel Pacheco

O SR. PRESIDENTE (Peniel Pacheco) - O projeto não foi aprovado em virtude de falta de quorum.

: Deliberação do Requerimento nº 01453/93, aprovado pela Mesa Diretora em 09.03.94, de autoria do Deputado BENÍCIO TAVARES.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

42

TAQUI.: RIVA

REVISOR: CLARICE

HORA: 10:30 Nº: 0.19.4

DATA: 14.03.94

ORADOR: Pres. Peniel Pacheco.

Há 11 Parlamentares presentes.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10:32 min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ffiôO

ft 19.2

REQ 01453/93

O

REQUERIMENTO Nº

(Do Deputado BENÍCIO TAVARES)

Solicita a inclusão de editorial
al do Correio Braziliense nos Anais
da Câmara Legislativa.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 107, II do Regimento Interno, venho solicitar a transcrição nos Anais da Câmara Legislativa do editorial intitulado "Alerta", veiculado na edição de 13 de junho último do periódico "Correio Braziliense".

Ressalto que o editorialista, ao conclamar à resistência os parlamentares brasilienses do Congresso Nacional, conflui para a defesa das transferências orçamentárias da União ao Distrito Federal, por que esta Casa coletivamente e cada um dos Parlamentares vêm intransigentemente pugnando.

Sala das Sessões, de junho de 1993.

Benício Tavares

BENÍCIO TAVARES

Deputado Distrital

42

Editorial

Alerta

Já se tornou ostensiva a tendência de alguns parlamentares para engordar a pauta da próxima revisão constitucional, prevista no Artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a extinção dos recursos destinados ao Distrito Federal pela União. Por força de justa compreensão do papel político reservado ao território da capital da República, o constituinte de 1988 atribuiu ao Governo Federal a obrigação de manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros do DF, É o que dispõe, de forma cogente o artigo 21, incisos XXI e XIV da Carta.

A/em do preceito constitucional, à União cumpre outros deveres em relação ao governo local não sancionados em dispositivos legais, mas sacralizados por uma prática ininterrupta e ditada por conveniências políticas inarredáveis. Assim, os serviços oficiais de saúde e o ensino público são estipendiados com subsídios procedentes do erário federal, desde o ato inaugural de Brasília, há 33 anos. Em múltiplas ocasiões, o regramento jurídico estampado na Lei Magna e o socorro adicional amparado em disposição por assim dizer consuetudinária enfrentaram contestações solertes no âmbito do Congresso, sempre arredadas por argumentos irresponsáveis tomados à lógica.

Todavia, as resistências parlamentares ao modelo de colaboração entre a órbita federal e o governo de Brasília tornam-se mais incandescentes à medida que a crise se adensa, malgrado persistam cada vez mais fortes as razões que o aconselham e consolidam. E, por decorrência, a má vontade agora tem pela frente rara oportunidade de cristalizar-se em norma de cumprimento compulsório, por meio de emenda supressiva a Carta Constitucional de 1988. Colocam-se em risco, também, os fluxos espontâneos de recursos para o DF, nu hipótese de prosperar a idéia funesta da emenda. Se o que resulta de dever jurídico rui, tudo o mais poderá ser cancelado.

A tese sustentada pelos interessados em inviabilizar a sobrevivência financeira do DF é a de que os estados não recebem ajudas do gênero. Logo, raciocinam, o privilégio atenta contra o princípio do igualitarismo federal. Trata-se de um silogismo falso a todos os títulos» como restou provado em reiteradas ocasiões anteriores, quando tentativas idênticas se insinuaram nu esfera do Poder Legislativo, por influências interesseiras de alguns estados.

De plano, observe-se que o território da capital da República não é um estado, mas um distrito, ao qual o constituinte de 1988, movido por conveniências políticas consistentes, entendeu conceder um grau relativo de autonomia. O efeito buscado foi o de atribuir ao povo o direito de escolher o seu governador e de criar, também sob o palio do voto secreto e direto, uma Câmara Legislativa. Não houve alteração alguma de natureza estrutural capaz de elidir as razões históricas que instituíram a colaboração entre os governos local e federal.

Na dimensão política, as obrigações da União com referência ao DF fluem da necessidade inarredável de conferir condições de sobrevivência a uma unidade da hierarquia federal criada para o fim específico de abrigar a capital do Brasil. Sua concepção urbana e arquitetônica, além da circunstância singular de sediar o Governo da República, impede-lhe de buscar recursos tributários com base no desenvolvimento econômico, ainda mais depois que o Plano Piloto se tornou intocável por ter sido declarado pela ONU patrimônio da humanidade. Ora, se não pode industrializar-se como qualquer outra área, o DF há de conseguir recursos de quem impõe tal restrição, a União Federal.

A bancada do DF na Câmara dos Deputados e no Senado, portanto, deverá permanecer em posição permanente de alerta, para evitar que se consuma semelhante catástrofe na revisão constitucional.